

PARECER JURÍDICO Nº 121/2023

Consultante: Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Assunto: Licitação e Contratos Administrativos

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DISPENSA DE LICITAÇÃO. OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA. HIPÓTESE LEGAL. PREVISTA NO ARTIGO 75, I, DA LEI Nº 14.133/21. DECRETO Nº 11.317/22. CONTRATAÇÃO INFERIOR A R\$ 114.416,66. VIABILIDADE JURÍDICA. PROCEDÊNCIA.

I – RELATÓRIO

Cuida-se de Processo Administrativo nº 073/2023 – Dispensa de Licitação nº 019/2023, que tem como objeto a “Contratação de empresa especializada em serviços elétricos com fornecimento de material, para execução do projeto de pontos elétricos da sala de RAIO-X no Centro Municipal de Saúde Manoel Alves de Oliveira, pertencente ao município de Santo Antônio do Leste/MT”, conforme solicitação do Secretário de Saúde, Sr. Marcos da Silva Alves.

Analisando o processo, tem-se que a justificativa para a referida contratação direta se respalda na necessidade de instalação dos pontos elétricos para proporcionar o perfeito funcionamento dos equipamentos do Centro Municipal de Saúde, sobretudo das máquinas de Raio-X, que são mais sensíveis à oscilação da corrente elétrica. Como o município não dispõe de servidores capacitados para o serviço em seus quadros, se faz necessária a contratação que, por conta do baixo valor, poderá se dar de forma direta.

Consta do presente processo, que a contratação se dará com base no fundamento do artigo 75, I, da Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto nº 11.317/22.

Integram os autos os seguintes documentos: Solicitação de realização de Licitação assinada pelo Secretário solicitante, Verba Orçamentária, Solicitação de Materiais/ Serviços, Termo de Referência, Quadro de Cotações e Orçamentos, Justificativa de preço e razão da escolha do fornecedor, justificativa para Contratação Direta, projeto básico, Minuta do contrato, Documentação relativa à Habilitação do proponente vencedor, entre outros.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, insta consignar que o presente Parecer Jurídico, embora no caso em apreço possua obrigatoriedade legal na emissão, este possui caráter meramente opinativo, ou seja, não sobrepõe o poder discricionário do Chefe do Poder Executivo, tendo tão somente a finalidade precípua de elucidar, informar, sugerir providências a serem estabelecidas e/ou condutas a serem praticadas pela Administração Pública, como define o nobre doutrinador Helly Lopes Meirelles, *in verbis*:

[...] Pareceres administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já, então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinatória, negocial ou punitiva. (MEIRELLES, 2010, p. 197).

Cumprе anotar que a Lei nº 14.133/21, em seu artigo 53, § 1º, incisos I e II, estabelece a imprescindibilidade do parecer jurídico realizado pela assessoria jurídica ou órgão equivalente do contratante, para que este analise a legalidade do procedimento, bem como todos os elementos indispensáveis à contratação, *in verbis*:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

A contratação por parte da municipalidade, em regra, será precedida por processo licitatório, garantindo a lisura e a isonomia na disputa entre os possíveis fornecedores. Contudo, há algumas situações em que o processo licitatório será dispensável, conforme os termos do artigo 75 da Lei nº 14.133/21, porém garantindo os princípios anteriormente citados.

Pois bem, analisando o processo administrativo *in tela*, se tem que a futura contratação se encontra enquadrada na exceção prevista no artigo 75, II, da Lei nº 14.133/21, o qual disciplina que:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

[...]

Por sua vez, o Decreto nº 11.317/22 tratou de atualizar os valores trazidos na Lei nº 14.133/21. Quanto à Dispensa, objeto deste processo administrativo, o anexo do mencionado Decreto atualiza o valor contido no art. 75, inciso I, da Lei 14.133/21 para **R\$ 114.416,66 (cento e quatorze mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos)**.

A vantagem econômica à Administração Pública se observará através da apresentação do balizamento de preços, sendo este realizado, preferencialmente, pelos valores contratados do objeto licitado por órgãos da Administração Pública, não sendo admitido, tão somente orçamentos de propensos contratados para executar o serviço.

Analisando detidamente o presente processo administrativo, se vê que foram apresentados orçamentos para a aquisição do serviço, o que nos permite adotá-los como parâmetro.

Em continuidade na análise do processo administrativo que culminará na futura contratação *in tela*, temos que a proposta mais vantajosa à municipalidade foi apresentada pela empresa GILSON SILBERTO DE OLIVEIRA ME, que apresentou no valor de R\$ 59.00,00 (cinquenta e nove mil reais).

Ao verificar os dados acima, tomando por base o valor estimado para o certame, infere-se que o referido valor se enquadra legalmente na dispensa de licitação. Não havendo, portanto, óbices jurídicos quanto a estes aspectos.

Quanto à lisura e isonomia entre possíveis fornecedores, se vê que os setores desta municipalidade atuaram preservando integralmente esses princípios, uma vez que fora realizado em empresas distintas com o fim de obter a proposta mais vantajosa à Administração Pública. Ainda, visando receber o maior número possível de propostas, A Administração Pública publicou anúncio de dispensa de licitação em sítio oficial, em atendimento ao disposto no § 3º, do artigo 75, da Lei nº 14.133/2021.

Analisando as documentações apresentadas pela possível proponente mais vantajosa a esta municipalidade, tem-se que o mesmo possui todas as certidões negativas necessárias para firmarem os contratos administrativos.

Outra análise a ser feita por esta Assessoria, é acerca de possível fracionamento de despesa, o qual consiste na realização de mais de um processo administrativo para a aquisição/contratação de serviços similares, com o intuito de burlar a regra, qual seja: a realização do processo licitatório, visando alterar a modalidade licitatória.

O Tribunal de Contas da União já manifestou contrariamente a essa prática, ao afirmar que:

“Com efeito, a frequência da utilização da modalidade convite para a compra de material médico-hospitalar, indicada pelo Controle Interno, configura o fracionamento da despesa e a fuga da correta modalidade licitatória, contrariando dispositivos da Lei 8.666/93, que vedam a utilização dessa modalidade para aquisições que possam ser efetuadas conjuntamente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso da tomada de preços. (Acórdão 1208/2008, 1ª Câmara, rel. Min. Guilherme Palmeira).”

Assim, analisando a ocorrência de eventual fracionamento, tem-se que no presente exercício houve a realização apenas da Dispensa de Licitação nº 006/2023 – Processo Administrativo nº 020/2023, com o objeto “1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção predial, preventiva e corretiva na rede elétrica das Secretarias Municipais do Município”. O valor da contratação na Dispensa de Licitação nº 006/2023 foi de R\$ 54.000 (cinquenta e quatro mil reais) que, somados aos valores da presente Dispensa de Licitação (R\$ 59.000,00 – cinquenta e nove mil reais), totalizam o montante de R\$ 113.000,00 (cento e treze mil reais).

Temos, portanto, que o somatório de ambas as Dispensas de Licitação, conforme determina o § 1º do artigo 75, da Lei nº 14.133/21, não ultrapassa o limite para a dispensa de licitação, de **RS 114.416,66 (cento e quatorze mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos)**.

Para finalizar a emissão deste parecer faz necessário analisar os requisitos trazidos pelo artigo 72, da Lei nº 14.133/21, quais sejam:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Compõem o presente processo administrativo: Termo de referência, cotação de preços, previsão de recursos orçamentários compatíveis com o compromisso a ser assumido, autorização da autoridade competente, projeto básico e justificativa de preço.

Temos, portanto, que os requisitos do artigo supramencionado foram cumpridos.

Por fim, registra-se a análise do processo sob o prisma estritamente jurídico, não competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

III – CONCLUSÃO

Desta feita, tendo em vista os aspectos de juridicidade, este Procurador Jurídico signatário **opina favoravelmente** ao prosseguimento do Processo Administrativo nº 073/2023 – Dispensa de Licitação nº 019/2023.

É o parecer.

Santo Antônio do Leste – MT, 26 de outubro de 2023.

MURILO HEITOR

REZENDE

PEREIRA:01519936290

Assinado de forma digital por

MURILO HEITOR REZENDE

PEREIRA:01519936290

Dados: 2023.10.26 10:47:29 -04'00'

MURILO HEITOR REZENDE PEREIRA

Procurador Jurídico

OAB/MT nº 25.674/O